

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.092 - MG (2019/0168138-5)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
RECORRENTE : MICHAEL WILLIAM TARQUINIO VENTURATO (PRESO)
RECORRENTE : THIAGO FELIPE LINHARES COSTA (PRESO)
RECORRENTE : RICHARD JUNIOR MACIEL (PRESO)
ADVOGADO : ANDRÉ RUDSON RAMOS - MG134595
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de recurso ordinário em **habeas corpus**, interposto por MICHAEL WILLIAM TARQUINIO VENTURATO, THIAGO FELIPE LINHARES COSTA e RICHARD JUNIOR MACIEL, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Depreende-se dos autos que o d. juízo de primeira instância decretou a prisão preventiva dos ora recorrentes pela prática, **em tese**, do delito de homicídio qualificado.

Postulam os recorrente a revogação das prisões preventivas, em razão da alegada ausência de fundamentação idônea dos decretos prisionais. Subsidiariamente pleiteiam a substituição das prisões por medidas cautelares diversas.

É o breve relatório.

Decido.

Na hipótese, **ao menos neste juízo de prelibação**, tenho que os decretos prisionais estão suficientemente fundamentados na necessidade de **garantia da ordem pública**, notadamente a **periculosidade dos recorrentes**, consubstanciada na forma pela qual a conduta foi em tese perpetrada, em concurso de agentes, com motivação torpe, qual seja, disputa por ponto de tráfico de drogas, sendo que, com relação ao recorrente THIAGO, a segregação cautelar também está concretamente fundamentada para **assegurar a aplicação da lei penal**, tendo em vista sua fuga do distrito da culpa.

Nesse sentido, cito o seguinte precedente desta eg. Corte:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Devendo, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, todavia, verifica-se que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada pelas instâncias ordinárias, com base em elementos concretos, a periculosidade da agente ante o modus operandi - furtar 80.000 kg (oitenta mil quilos) de soja em 2 carretas, em concurso com dois agentes -, o que demonstra a necessidade de garantia da ordem pública.

3. A presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

4. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

Recurso desprovido." (RHC 62.032/MS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 24/02/2017, grifei).

Dessarte, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência, devendo a **quaestio**, portanto, ser apreciada pelo Colegiado, após uma verificação mais detalhada dos dados

constantes dos autos.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas, ao d. juízo de primeiro grau.

Após, abra-se vista dos autos à d. Procuradoria-Geral da República.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer
Relator

